

**DA ÁFRICA PARA OS ANGOLANOS: MARIO PINTO DE ANDRADE,
FRANTZ FANON E JOSEPH KI-ZERBO NOS MOVIMENTOS DE
LIBERTAÇÃO (1954-1964)**

**FROM AFRICA FOR ANGOLANS: MARIO PINTO DE ANDRADE,
FRANTZ FANON AND JOSEPH KI-ZERBO IN LIBERTATION
MOVIMENTS (1954-1964)**

Anderson Guimarães MENDONÇA*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as ideologias, aqui chamadas de contra-ideologia, dos principais pensadores que influenciaram o movimento revolucionário em Angola sob a perspectiva do nacionalismo como bandeira de luta pela autodeterminação. Este texto se norteia pelas discussões sócio-políticas acerca do papel social dos sujeitos históricos em modificar o seu espaço e serem atores políticos em seus respectivos lugares. Toda discussão sobre a África é hoje de máxima relevância, inclusive multidisciplinar, para compreendermos não só as relações culturais do Brasil, mas também as diferentes civilizações do mundo que sob a perspectiva de uma história internacional, nos propomos apresentar essa discussão sobre intelectuais nacionalistas em Angola.

Palavras-chave: Angola; Nacionalismo; Intelectualidade; Libertação.

Abstract: This article aims to discuss the ideologies, here called counter-ideology, of the main thinkers who influenced the revolutionary movement in Angola under the perspective of nationalism as a banner of struggle for self-determination. This text is guided by socio-political discussions about the social role of historical subjects in modifying their space and being political actors in their respective places. Every present discussion on Africa is of the utmost importance, besides, multidisciplinary, to understand not only the cultural relations of Brazil but also the different civilizations of the world that from the perspective of international history, we propose to present this discussion on nationalist intellectuals in Angola.

Keywords: Angola; Nationalism; Intellectuality; Liberation.

Introdução

O processo de escrita de novas temáticas e novos objetos na história é paulatino e pouco perceptível pelos sistemas atuais e historiadores. As novas escritas da história, conforme veremos adiante, coloca-nos defronte a necessidade de conhecer o ser humano por espectros e prismas diferentes. A finalidade desta prática, na maioria das vezes, é necessária por buscar compreender melhor os tempos históricos e as modificações engendradas pelos seres humanos, como bem definiu Marc Bloch em sua metáfora dizendo que o “*historiador é como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça.*” (BLOCH, 2001, p. 54).

* Mestre em História e professor da rede pública do estado de Pernambuco - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Recife, PE - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: andersongm94@hotmail.com.

Assim, uma notável forma de estudo que amplia a gama de possibilidades estão centrados no o além-mar. Nesta perspectiva, o historiador pode, hoje em dia, debruçar-se diante de outras civilizações, podendo ou não estabelecer elos entre as sociedades. Porém, requer do pesquisador muito mais preparo para trabalhar com esse objeto que conseqüentemente desencadeia possibilidades, haja vista a necessidade de conhecer povos e civilizações distantes e distintas. Dessa forma, estudar o além-mar nos põe um novo objeto de discussão, por muitas vezes singular na história da humanidade. (Cf. WESSELING, 2011)

Acrescido a isso, outra nova temática de estudo mais vinculada ao materialismo histórico é a história das ideologias e do pensamento ocidental. Nessa nova abordagem (iniciada a partir da década de 1980), algumas vezes entendida como sócio-política, o pesquisador busca encontrar e analisar pensamentos e trajetórias intelectuais não isoladas em suas cátedras, mas sim relacioná-las com práticas de maneira mais objetiva e menos abstrata, do que costumeiramente tende a história das ideias. Essa concepção propõe estudar o mundo pelas formas de pensar junto com as formas de agir, assim como os trabalhadores conscientes. Todos esses estudos reforçam o debate sobre o ocidente e suas mentalidades políticas expressas de maneira singular por historiadores, como o Perry Anderson (2019) e o Eric Hobsbawm (2015), cujas filiações ao marxismo são profundas mas não sectárias, no que se refere às discussões sobre novos objetos e novas abordagens na história. Digno de nota, o trabalho realizado pelo historiador Terence Ranger, discute essas relações dentro da historiografia inglesa alçando a categoria tradição como ideologia no âmago da África. Entendida por ambos, como inventadas por forças hegemônicas, os estudos sobre a tradição podem desconstruir e descolonizar as mentalidades das classes baixas, cuja ideologia foi imposta durante mais de um século pelo imperialismo na África e na Ásia, após a partilha territorial dos europeus. (Cf. RANGER, 2012)

Aglutinamos neste texto dois elementos da escrita da história, a exemplo do que fez Terence Ranger: o além-mar e as ideias políticas. Com a união destas duas novas abordagens, propõe-se analisar a formação do pensamento revolucionário em Angola, assim como, esmiuçar a ideologia por trás de cada projeto de nação durante as décadas de 1950 e 1960, tendo em vista, que a intelectualidade angolana foi formada em instituições de ensino em Portugal. A finalidade dessas instituições era enviar os angolanos de volta às colônias, para que eles ajudassem a reproduzir o colonialismo lusitano de maneira inconsciente. (Cf. MENDONÇA, 2018)

Diante da repressão, os estudantes sediciosos, também organizados em movimentos de luta pela libertação, foram obrigados a operar na clandestinidade recebendo orientações de fora da colônia, especificamente, daqueles angolanos que estudavam ou trabalhavam na Metrópole portuguesa ou em outras nações europeias, como a França. Dentro de Angola, os

revolucionários criaram escolas de alfabetização clandestina, deram orientações contra o colonizador e retornaram a tradição oral, despertando de um lado o sentimento nacionalista nos colonos em contraposição a repressão do colonizador. Para o antropólogo e militante angolano Fernando Wilson Sabonete, além de ex-membro das forças militares de Angola, “a nação é construída no pensamento de todos os angolanos que antecederam às revoltas, à resistência e à revolução. Os guerrilheiros regaram a unidade com sangue, suor e lágrimas de todos angolanos”. Ainda segundo o antropólogo, que vivenciou o campo de batalha durante a Guerra Civil (1975-2002), “Nunca venceríamos sem a ajuda da comunidade internacional e sem a união na casa dos estudantes seria um suicídio pensar na independência”. (SABONETE, 2010, p. 63) Percebe-se que estão intrínsecas as relações internacionais, no que se refere ao além-mar e à formação nacional, a respeito da ideologia.

Contudo, cada um dos três principais movimentos tiveram ajudas diferentes para pensar sua “comunidade” nacional. Além do mais, o regime colonizador também pensava um modelo “distinto”. Começamos pelo assunto nação, conceito bastante importante em nossa pesquisa e fruto de mentalidades gestadas, até então, por décadas tanto na África, quanto na Europa. A história do nacionalismo e da identidade nacional se iniciou bem antes dos confrontos militares independentistas.

As identidades nacionais no século XIX e XX: debates teóricos.

Vários teóricos trabalharam o conceito de nação em cima de seus tratados, sendo este tema extremamente rico nas ciências humanas, quer nas aspirações mais a esquerda do nacionalismo, quer nas aspirações mais a direita do espectro político.

No mundo “desenvolvido” do século XIX, o desenvolvimento de um número de “nações” que combinavam o Estado Nação e a economia nacional era, evidentemente, um fato central da transformação histórica, e como tal era visto. No mundo “dependente” da primeira metade do século XX, e por razões óbvias, os movimentos por libertação e independência nacional, especialmente na sua parte colonizada, foram agentes principais para a emancipação política da maior parte do planeta. (Cf. HOBBSAWN, 2016, p. 228)

O trecho acima, do historiador britânico Eric Hobsbawn, permite-nos iniciar esta reflexão desde a construção dos programas nacionais ainda no século XIX. Complementando ele, o historiador africano Joseph Ki-zerbo, nos lembra que essa direção sindical e revolucionária é anterior ao leninismo, apesar de ter sido na Rússia que o modelo de mobilização da classe trabalhadora tenha surgido no século XIX, os partidos políticos com

composição operária, “procuraram organizar-se com base nos interesses dos operários e do marxismo. O pensamento marxista insistiu na ideia que cada classe social pode e devia estar representada, na luta política, por partidos diferentes”. (KI-ZERBO, 2006, p. 121)

Para o sociólogo português Manuel da Braga Cruz, a primeira onda do nacionalismo político moderno vem ainda de mais recuado. Para ele, a onda surgiu com a transição do absolutismo para o liberalismo no final do século XVIII, do governo autocrático para o governo popular, com a substituição do direito divino dos reis pela soberania popular. Assim, a ideia de nacionalismo ganhou força no completo desabar do absolutismo europeu, com o surgimento dos modernos Estados nacionais e da teoria da soberania. Do ponto de vista religioso, o Estado-nação teria surgido da emancipação do poder real, do poder papal. A nacionalização do Estado constitui, objetivamente, um processo de secularização da autoridade política de autonomia do Estado da tutela moral da Igreja e da concentração do poder nas mãos dos reis. Os reis absolutos passaram a ter o controle efetivo religioso e moral da Igreja, subjugados ao interesse maior da nação. (CRUZ, 1992, pp. 829-830)

A formulação do princípio liberal das nacionalidades veio substituir o princípio da legitimidade dinástica, a partir do início do século XIX, originando a aceleração da formação de novos e múltiplos Estados, decorrentes da desagregação dos grandes impérios, ao longo do século XIX até meados do século XX. (CRUZ, 1992, p. 831)

O nacionalismo moderno aparece, portanto, como fenômeno “revolucionário” contra a centralização absolutista, portador dos valores das liberdades individuais do autogoverno e da desconcentração do poder. Cruz assinala, desse modo, a emergência das massas na política, inicialmente de fenômeno europeu (ou melhor, do uso jacobino de um nacionalismo francês). Originalmente fenômeno europeu (ou melhor, do uso jacobino de um nacionalismo francês), ele se tornou mundial, alastrando-se por toda a Europa e à América Latina, ainda no século XIX, e ao Médio Oriente, Ásia e África no século XX, respectivamente, depois da Primeira Guerra Mundial. No mundo europeu, emergiu-se um nacionalismo libertador e revolucionário, o qual ao longo do tempo se tornou conservador e reacionário não pelo individualismo liberal, mas sobre a comunidade e a tradição histórica e mítica nacional. (CRUZ, 1992, p. 832)

A afirmação das novas nações, especialmente, no caso dos regimes fascistas, ascendeu com uma bandeira protecionista e soberana, representando essa modificação de tom da identidade coletiva, só voltando no processo de descolonização do pós-guerra, a se revestir com o aspecto libertador e revolucionário dos seus primórdios. (CRUZ, 1992, p. 832)

No entanto, os surtos de independências coloniais ocorridas no pós-segunda guerra que erigiram em Estados modernos, as antigas colônias desprovidas de qualquer unidade nacional,

como também desmembraram grandes nações — numa multiplicidade de Estados apenas com base na geografia territorial colonial, teria contribuído para o gatilho da “desidentificação” entre o Estado e a nação. (CRUZ, 1992, p. 835)

Ainda segundo Manuel Braga, foi o nacionalismo que, sobretudo, inspirou movimentos libertários, inclusive moldando ideologias e convertendo-se, ao longo do tempo, em um estado de espírito, em uma representação social, aos quais indivíduos fazem de coletividade, ou até em mito, tirando a sua força não apenas do passado, mas, principalmente, do futuro possivelmente glorioso.

A nação passou a ser não apenas uma imagem do passado que se herda, mas uma concepção de destino que se projeta como uma “comunidade imaginada”, segundo a expressão de Benedict Anderson. A nação apoiava-se num sentido comum da história, na memória coletiva de uma experiência comum, mas o seu elemento essencial era o desejo de viver e atuar conjuntamente um projeto de futuro. O nacionalismo exprimia-se territorialmente num patriotismo. A pátria era o solo da nação. (CRUZ, 1992, p. 833)

Dentro de um espírito antropológico, Manuel Braga da Cruz propõe a seguinte definição de nação: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”.

Para o sociólogo jamaicano Stuart Hall, em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade*, as identidades nacionais são criadas e não naturais. Nós não nascemos com elas. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa essência. Para Hall, a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar de padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional padronizador. (HALL, 2006, p. 49)

Assim, as culturas nacionais seriam compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Para Hall, uma cultura nacional é um discurso que ao produzir sentido sobre “a nação” é com ele que podemos nos identificar na construção de identidades. Esses sentidos estão contidos nas narrativas que são contadas sobre a nação. São memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p. 50)

Assim como Braga da Cruz e Stuart Hall, o historiador norte-americano Benedict Anderson procurou apresentar as raízes nacionais, desde os tempos mais remotos, colocando três pontos como definidores da nação: o vernáculo (língua), o relevo (território) e o censo

(demografia/povo). Desde a separação da igreja, como princípio de comunidade, até as rebeliões na África, como modelo de nação imaginada, ele apresenta um estudo galgado nestes modelos e protótipos de nação que existiram na História da humanidade, recorrendo à Idade Média e ao papel da Igreja Católica. Dentro do prisma de estudiosos vistos como “modernistas”, Anderson entende a nação como algo que se projetou de cima para baixo. Historicamente, as conquistas nacionais não haveriam sido por lutas, mas sim por elementos idênticos cooptados por classes dominantes, que se apropriariam desses símbolos e ressignificariam a luz das suas práticas e lutas de todos os demais. Portanto, fatores ideológicos forjaram as consciências nacionais, inclusive com os movimentos de esquerda no século XX, os quais se constroem em resposta ao fascismo e ao colonialismo. Benedict Anderson entende a nação como uma “*comunidade imaginada*”. Para ele,

é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p. 32)

Como conclusão, depois do cataclismo da Segunda Guerra Mundial, a maré do Estado nacional atingiu o seu auge. Em meados dos anos 1970, o Império Português havia se tornado coisa do passado e os novos estados do segundo pós-guerra tinham suas características. Para Anderson, até então, a última onda dos nacionalismos surgiram “na maioria deles nos territórios coloniais da Ásia e da África, que na sua origem foi uma reação ao novo tipo de imperialismo mundial, possibilitando pelas realizações do capitalismo industrial.” Como disse Marx de maneira inimitável: “A necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos força a burguesia a se espalhar por toda a face do globo”. (ANDERSON, 2008, p. 197)

Em contraposição aos conceitos de Estado-nação, encontramos o conceito de etnia. Segundo o historiador Jean-Loup Amselle, o termo etnia vem do grego *ethnos*, que também significa povo, nação. Logo, ter uma etnia é fazer parte de um povo com culturas em comum, ou seja, uma “nação” na acepção clássica. Porém, ao longo do tempo, a utilização do termo etnia ganhou uma carga pejorativa o qual poderá inferiorizar os povos colonizados, criando assim uma dicotomia entre sociedade (europeia) e comunidade (africana). Isso, não se deu pela diferença dos modos culturais de autoidentificação, mas pela forma hierárquica de categorização dos povos, nomeados principalmente pelos colonizadores. Amselle afirma que,

Se esses termos adquiriram um uso maciço, em detrimento de outras palavras como a de “nação”, certamente é porque se tratava de classificar à parte certas sociedades negando-lhes uma qualidade específica. Convinha definir as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas como outras e diferentes das

nossas retirando-lhes aquilo pelo qual podiam participar de uma humanidade comum. Essa qualidade que as tornava dessemelhantes e inferiores às nossas próprias sociedades é evidentemente a historicidade, e nesse sentido as noções de “etnia” e de “tribo” estão ligadas às outras distinções pelas quais se opera a grande divisão entre antropologia e sociologia: sociedade sem história/ sociedade com história, sociedade pré-industrial/ sociedade industrial, comunidade/sociedade. (AMSELLE, 2017, p. 33)

Amselle ainda nos diz que, muitas vezes o uso do termo etnia foi feito pelos pesquisadores de maneira equivocada e exagerada (especialmente, os antropólogos) e, sem perceber, acabavam reforçando a imagem de “sociedade segregada” para com os povos não europeus. Dessa forma, a ideia de que diferentes nações africanas não eram iguais às nações do “velho continente” em suas raízes se perpetua por meio da utilização, às vezes, despreocupada por parte de acadêmicos. (AMSELLE, 2017, p. 43)

No caso específico de Angola, as etnias foram mais o produto das elaborações etnográficas do colonialismo português do que a correspondência a uma identidade demográfica, histórica e política pré-colonial. (PIMENTA, 2012, p. 69) A questão do pluralismo no nacionalismo angolano e, em especial, a existência de três movimentos armados antagônicos não pode ser explicada, mediante o recurso argumentativo de caráter puramente étnico. Nem mesmo depois da independência, a guerra civil angolana assumiu feições de conflito étnico, lembrando que naquele momento, os movimentos já haviam se tornado partidos políticos em um sistema república representativo. (PIMENTA, 2012, p. 72)

Se na Europa, o colonizador tinha sua nação imaginada, na metrópole, dentro das colônias africanas (lusófonas, francófonas e anglófonas), os grupos de libertação também tinham a definição de nação, essa se alcançaria na luta armada, visando autodeterminar a suas desejadas comunidades africanas.

Complementando o pensamento de Anderson, Hobsbawn diz que na década de 1960, esses movimentos alcançaram um nível de luta armada que visava a concretização de suas comunidades imaginadas. No curso de formação das nações:

O nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta anti-imperialista nos países coloniais. Pois as lutas coloniais estavam vinculadas às esquerdas internacionais de várias maneiras. Seus aliados políticos em países metropolitanos encontravam-se, quase invariavelmente, nessas áreas. As teorias do imperialismo (ou melhor, do anti-imperialismo) há muito tempo eram uma parte orgânica do corpo de pensamentos socialistas. (HOBSEBAWN, 2016, pp. 203-204)

A porta de entrada de boa parte dessas correntes consistia na juventude que ia estudar nas Metrôpoles e se deparavam com tais princípios nacionais. Enquanto que, fora da colônia, a juventude significava ter recebido uma educação europeia, distanciando-a linguisticamente e culturalmente, da geração dos seus pais e da grande maioria de seus coetâneos colonizados, dentro das colônias, significava sinônimo de escolarização, pelo menos a princípio, imerso em sua própria cultura. Isso, por sua vez, nos faz pensar, novamente, o papel único que os sistemas educacionais coloniais desempenharam na promoção dos nacionalismos coloniais. Eles ou serviam para aprisionar, ou serviam para libertar. (ANDERSON, 2008, p. 171) No caso dos revolucionários, a educação representou uma arma durante e depois dos colonizadores.¹

Dentro da história contemporânea, o período de descolonização e nacionalismo africano fez parte dos grandes eventos internacionais que movimentaram ambientes politicamente globais. O historiador brasileiro José Rivair Macedo nos sintetiza essas modificações dos eventos na África dizendo que,

Ao longo dos séculos XIX-XX, durante os períodos da colonização europeia, descolonização e reorganização das sociedades africanas, os intelectuais nascidos na África apropriaram-se de um vasto conjunto de referências teóricas, conceituais e metodológicas, empregando-os para expressar a posição de seus coetâneos em relação ao mundo. Paralelamente aos saberes orais, tradicionais, e a experiência vivida que orientavam as formas de organização sociocultural dos povos anteriores ao período de predomínio europeu, ganhou corpo um novo tipo de saberes, eruditos, fundados em pressupostos acadêmicos, científicos, e que deu sustentação ao que se tem denominado de pensamento africano. (MACEDO, 2016, p. 11)

O nacionalismo prolonga-se, porém, no quadro do Estado-Nação, já constituído com a deslocação do eixo prioritário para a defesa da independência e da afirmação da sua grandeza. O fundo ideológico comum organiza-se em torno de quatro temas principais: a soberania, a unidade, o passado histórico e a pretensão à universalidade. (ANDRADE, 1998, p. 14)

Nesse contexto de formação nacional, entende-se, então, que os movimentos de libertação surgem como uma classe que busca a emancipação das explorações do trabalho, das mentes e do homem pelo homem, assim como, teria surgido na Inglaterra do Século XIX uma classe operária. Estudada por Edward Palmer Thompson, a classe operária, por sua história, não teria assim sido formada por ninguém, mas se feito. Historicamente, ela é fruto das experiências, das rebeliões e das insurgências desde a época da escravidão. Thompson diz que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a

identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2011, pp. 9-10)

Logo, visto o nosso objeto, a experiência das classes na África foram determinadas, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram, involuntariamente. Contabilizando mais de quinhentos anos de colonização e exploração europeia em solo angolano, as vivências destes atores sociais serviram de cimento para consolidar a estruturação da classe, a partir da lógica particular deles nos últimos trinta anos antes da descolonização.

Os movimentos de libertação em Angola, tanto são frutos do cenário internacional, quanto das suas experiências, no que concerne ao pensamento “orgânico”, tal qual descrito por Gramsci em seus escritos sobre a intelectualidade.² Vejamos agora a importância de três intelectuais, neste cenário de confronto bélico: Mario Pinto de Andrade, Frantz Fanon e Joseph Ki-Zerbo.

O nacionalismo africano em Angola: ideólogos e movimentos de libertação.

No contexto da África colonial, surgiu no início do século XX, uma busca incessante pelas raízes que fundariam um projeto de nação. Mas só no ano de 1960, dezesseis nações africanas obtiveram sua independência política. Entre elas estavam colônias inglesas, francesas, belgas e alemãs. As possessões portuguesas, contudo, mantiveram-se sob os domínios imperialistas. Esse tipo de colonialismo, pós-1945, ficou conhecido como “colonialismo tardio”, envolvendo, assim, as últimas oito colônias que não tinham conseguido sua independência, mas passaram a guerrilhar desde o pós-segunda guerra mundial. (Cf. WHEELER; PELISSIER, 2016)

Devido ao número de colônias independentes, muitas delas vizinhas a Angola, o nacionalismo africano em Angola surge como luta armada, frente à repressão e doutrina imperial portuguesa, que se negava em todos os aspectos à autodeterminar seus territórios.³ Em cada possessão ultramarina (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), organizaram-se em grupos com a finalidade de construir, intelectualmente, as bases de uma nação independente em meio ao mundo bipolarizado e as condições sócio-estruturais de seus países. O inimigo principal dos movimentos eram os colonialistas portugueses. O combate se dava na luta contra os aparatos administrativos, militares e policiais portugueses, especialmente, a Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE).⁴

No caso angolano, os pensamentos nacionalistas tomavam como base os movimentos de Libertação: o moderno, representado pelo MPLA (Movimento pela Libertação de Angola); os tradicionalistas representados pela UPA/FNLA (União das Populações de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e o etnonacionalismo⁵, de menor expressão no território, representado pela FLEC (Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda). Os nacionalistas modernistas, caracterizavam-se por uma visão política universalista, fortemente influenciada por modelos ideológicos europeus e em sintonia com as correntes de esquerda em oposição à ditadura portuguesa. Os tradicionalistas estavam profundamente ligados a uma realidade sociopolítica mais africana, por isso, insistiam na necessidade de recuperação das tradições da África pré-colonial. Já os etnonacionalistas buscavam o redimensionamento interno do território, a partir dos grupos sociais, que desde a partilha da África tinham sido juntados. (PIMENTA, 2012, pp. 62-63)

No que se refere ao aspecto demográfico, a etnia Luanda-Mbundu é representada com uma elite predominantemente urbana pelo MPLA; a etnia Bakongo, mais rural, representada pela UPA/FNLA; e a etnia Ovimbundu mais Quioco materializa as bases da UNITA. As duas últimas teriam uma orientação rural e camponesa, pelas que estavam mais próximas entre si, de certo modo, explicaria a profunda oposição ao MPLA. Nesse cenário altamente etnicizada, não houve lugar para o nacionalismo dos brancos em Angola, nem ao separatismo das Forças Libertárias do Enclave de Cabinda, o que deixaremos neste artigo em segundo plano (FLEC). Vejamos as demais ideologias, começando pelo mais potente.

Por ser um movimento de cunho marxista-leninista, o formato de nação do MPLA era baseado em um alinhamento, ao passo que, os bolcheviques entendiam como projeto de nação “anti-imperialista”. O leninismo entendia que, as colônias tinham um papel importante na “revolução global”. Baseado em afirmações de Marx, e posteriormente de Lênin, as colônias seriam o espaço encontrado pelos revolucionários para poder emancipar seus territórios de nações imperialistas.⁶ Nas palavras de Hobsbawn, sob o exemplo inglês no século XIX, “a fórmula mais importante para Marx para revolucionar a situação inglesa foi através da Irlanda, isto é, através dos meios indiretos de apoio à revolução colonial.” Essa discussão sempre esteve no cerne do debate sobre as possíveis revoluções após a insurgência russa de 1917. Dado ao histórico do mundo, o imperialismo se expandiu pelos continentes africano e asiático. Logo, novos espaços de controle europeu fizeram com que ele assumisse um “ponto de vista contrário, isto é, que as revoluções em países coloniais e atrasados aconteceriam primeiro e elas mesmas revolucionariam as metrópoles”. (HOBSBAWN, 2015, p. 134)

Assim sendo, não seria importante começar a revolução pelos países europeus, mas, sim pelas suas colônias, sublevando internamente e destruindo as bases da exploração do imperialismo. A libertação nacional se tornou uma palavra de ordem das esquerdas leninistas. Paradoxalmente, na Europa, os movimentos separatistas começaram a adotar a terminologia de social-revolucionário ou marxista-leninista. Os movimentos para a independência e a descolonização, especialmente no pós-segunda guerra, estavam identificados com o anti-imperialismo socialista/comunista, o que explica, sem dúvidas, por que tantos Estados descolonizados tenham se declarado de alguma forma socialista. (HOBSBAWN, 2016, p. 205)

Os líderes e ideólogos dos movimentos de liberação colonial e semicolonial falavam, com sinceridade, a linguagem do nacionalismo europeu, o qual eles tanto tinham aprendido (ou do) Ocidente, mesmo quando não se encaixasse nas suas situações. E, à medida que o radicalismo da Revolução Russa ultrapassou o da Revolução Francesa como a principal ideologia da emancipação global, o direito a autodeterminação [...]. A libertação no que ainda se conhecia como Terceiro Mundo era agora vista em toda parte como “libertação nacional” ou, para os marxistas, como “libertação nacional e social”. (HOBSBAWN, 2016, p. 189)

Ante a necessidade de dialogar com todos os povos oprimidos da colônia, alguns agentes importantes da consciência nacional foram as camadas intelectuais de dentro e fora da África. Elas foram fundamentais para o surgimento do nacionalismo nos territórios coloniais, mesmo porque o colonialismo não permitia o desenvolvimento de latifundiários, grandes comerciantes, empresários industriais, nem sequer uma ampla classe de profissionais liberais nativos, os quais, portanto, eram relativamente raros. (ANDERSON, 2008, p. 167)

Mário Pinto de Andrade, considerado um dos “pilares da independência de Angola”, segundo o antropólogo Sabonete, foi coerente com as suas afirmações sobre cultura, contribuindo com o seu saber e persistência na luta contra o colonialismo. Ele era irmão de um dos principais dirigentes do MPLA, Joaquim Pinto de Andrade, e chegou a denunciar toda a prática do regime colonial contra a cultura angolana. Segundo Sabonete, Mário queria igualdade social, liberdade para todos os angolanos e poder para quem tem capacidade de liberar o grupo. (SABONETE, 2010, p. 60)

Reforçando o entendimento de Eric Hobsbawn, Mário Pinto, em sua obra *Origens do Nacionalismo Africano*, diz que, para a III Internacional comunista, conhecida como Comintern, a luta supranacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo, sendo que, “O movimento negro deve estar organizado na América, como centro de cultura negra e de cristalização do protesto dos negros; em África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo”. (ANDRADE, 1998, p. 178)

Além de Mario Pinto de Andrade, na Casa dos Estudantes do Império (CEI), encontramos outro líder do MPLA, o Agostinho Neto. Ele se tornou rapidamente uma figura proeminente do movimento cultural nacionalista que, durante os anos 1940, conheceu uma fase de vigorosa expansão, onde se destacava a preocupação com os países colonizados. (SABONETE, 2010, p. 63) Na CEI, os jovens se preocupavam com o futuro de suas nações, mas também em resgatar a cultura nacional, inferiorizada pelo colonialismo português que proclamava a suposta superioridade da sua cultura, como de resto o faziam todos os países colonizadores. Porém também eram vigiados e, segundo o historiador Matheus Henrique da Silva Lima, com o início da Guerra a grande maioria já tinham fichas de identificação na PIDE. (LIMA, 2019, pp. 30-31)

A meta, nesse primeiro momento, era a construção de um projeto nacional angolano que teria de se defrontar, em um segundo plano, com a questão do racismo, fator desintegrador da coesão social em torno de objetivos nacionais básicos negados pelo colonizador. Uma das lutas era contra a própria política de assimilação, que negava o racismo ao afirmar que a cultura portuguesa encontrava-se potencialmente aberta a todo africano, mas reafirmava-o cotidianamente, apontando todo branco como civilizado e os “indígenas” como não civilizados, utilizando critérios de raça para isso. (SABONETE, 2010, p. 58) Tais pensamentos e lutas iniciais construíram a base da revolução. Sabonete diz que, “A nação é construída no pensamento de todos os angolanos que antecederam às revoltas, à resistência e à revolução.” A história de Angola não é apenas do presente de luta, mas ligada aos antepassados que de alguma maneira resistiam à opressão. Além disso, as forças políticas internacionais tiveram que intervir, dado que, os guerrilheiros alimentaram a unidade com sangue, suor e lágrimas de todos angolanos e “angolanistas”, pois, “nunca venceríamos sem a ajuda da comunidade internacional e sem a união na casa dos estudantes seria um suicídio pensar na independência”. (SABONETE, 2010, p. 63)

Com o combate ao racismo como principal pauta de luta, a UPA/FNLA, diferentemente da MPLA, tinha como modelo de nação imaginada, a reconstrução das raízes da identidade cultural como forma de luta armada. Graças ao crescimento das redes intelectuais e políticas de suporte ao *Pan-Africanismo*⁷, a partir de 1945 esse “nacionalismo africano (como estratégia de luta contra o colonialismo) antecipava reivindicações liberais: sufrágio universal, democracia e pluripartidarismo, liberdade de imprensa e o fim das detenções arbitrárias”. (PARADA et al, 2013, p. 81) Contudo, ao longo do século XX, essa base formativa da corrente de pensamento que influenciara a Frente, sofreu algumas modificações na sua aplicação na África, pois, após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo africano não podia, nem devia ser igual ao do

período anterior ao conflito, haja vista que, por ser um movimento cultural supranacional, esbarraria na visão ontológica da história africana. Por isso, é difícil afirmar a completa aderência do Pan-africanismo ao movimento, embora possamos atribuir ao movimento algumas semelhanças. (PARADA et al, 2013, p. 81) Com a bandeira, “A África para os africanos”, esse protonacionalismo bradava que queria a “África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizam, roubando e escravizando os seus indígenas”. Buscavam a realização da *máxima de Monroe* aplicada à África para conquistar o direito à vida integral, livre e solidariedade uns com os outros.⁸

Mário Pinto de Andrade diz que, a radicalização da consciência negra iniciada com o processo de resposta a essa onda de discriminação violenta e temperada no cadinho da primeira guerra mundial, viria a provocar alterações de base nas relações entre “classe média” e os trabalhadores da comunidade negra. A hora exigia a aliança estreita entre os irmãos da mesma “raça”, vítimas de um inimigo comum: o racismo europeu. (ANDRADE, 1998, p. 144)

Antes do seu V Congresso de Manchester (1945), o Pan-africanismo era prioritariamente um movimento de intelectuais afro-americanos e afro-europeus de classe média, que residiam fora e possuíam poucos interesses em comum com os nativos do continente africano ou do Caribe. Inicialmente, o Pan-Africanismo trabalhava com uma missão supranacional de identidade. No entanto, na África, houve uma ressignificação, fazendo com que a sua bandeira passasse a servir de norte para alguns movimentos em diferentes países. Apostando na criação de uma ideologia de mobilização para os africanos e afrodescendentes, em favor da libertação do continente e de sua unidade, o movimento passou a orientar todos os movimentos nacionalistas, que nos estatutos e ações procuraram seguir seus princípios ideológicos. (PARADA et al, 2013, p. 81) Para fins políticos, a presença africana poderia representar uma apropriação por parte dos europeus e americanos que assim justificariam suas nações também pela história da África.

Embora o Pan-Africanismo, na sua essência, fosse apenas intelectual, ele foi mudando no dia a dia do grupo. Por sua característica de “guerra racial”, a UPA/FNLA também poderia ser enquadrada dentro do lema “a África para africanos”, mas com algumas ressalvas. Embora houvesse muita crítica a sua perspectiva de confronto “raça contra raça” (seja ela contra os portugueses ou entre outras etnias), a ideia de unir a África contra o colonizador vingou no seio da organização, aproximando-o ao movimento afro-americano, porém nas condições estratégicas e militares da África nas décadas de 1950 e 1960.

Na perspectiva da UPA/FNLA, pelo menos num primeiro momento, a luta de independência teria necessariamente de passar pela eliminação de elementos demográficos desiguais, entendidos por eles como a presença branca na África, considerados estranhos à matriz original africana do país, cujo arquétipo se deveria encontrar em alguma parte nos míticos tempos pré-coloniais. Daí o massacre dos brancos, mestiços e até negros assimilados executados pela UPA em 1961. Daí também a aversão política da UPA/FNLA ao MPLA, considerado o partido dos mestiços, filhos de colonos de Luanda. (PIMENTA, 2012, pp. 76-77)

Ambos os movimentos tentavam buscar auxílio externo para respaldar suas independências. O MPLA no Leste Europeu e o FNLA na própria África. Do ponto de vista geopolítico, não bastava apenas se emancipar. Seria necessário o reconhecimento da soberania angolana por parte das outras nações. Fossem elas dentro da África recém-liberta ou da Ásia, fossem da América revolucionária ou Europa reformista.⁹

Quando são transferidas para o plano da etnia, corre-se o risco de falar de etnias onde elas não existem, como entre os tutsis e hutus. E uma vez que se fala de “etnia”, fala-se mesmo de “sangue” e de “raça”. Neste caso, entra-se num mau caminho. Penso que não temos interesse em falar de etnias na África. Deveríamos, não negá-la, porque fazem parte da nossa riqueza cultural, mas transcendê-las. (KI-ZERBO, 2006, p. 56)

Um dos intelectuais que contribuiu para a consolidação dessa vertente de nacionalismo africano foi Frantz Fanon. Baseando-se em pensadores franceses da primeira metade do século XX, na psicanálise e em escritos marxistas, Fanon entendia que a luta pela libertação não deveria vir pela expulsão das estruturas coloniais, mas sim pelo fim de qualquer traço branco/europeu em solo africano. A África deveria se voltar para si, pois independente da nação imperialista, o racismo estava presente no inconsciente europeu. Assim, a luta de classes, nesse caso, estava na “luta de raças”: entre a africana, com sua ontologia, e a branca, com seu colonialismo. Sobre o colonialismo e o racismo, o psicanalista fala da imagem construída em torno dos africanos na Europa.

O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde de ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer! (FANON, 2008, p. 133)

Fanon exemplifica a relação e a estratificação social de uma colonização com o caso das Antilhas. Nelas, a forma de assimilação teria chegado ao ponto de o negro viver em função de

se “civilizar”, que conseqüentemente faria se autoinferiorizar. Dentre as colônias portuguesas, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde tiveram um regime similar ao antilhano descrito por Fanon, diferente dos aplicados em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Essa relação, onde se punha uma “mentalidade” nos africanos, é fruto de uma constante afirmação da dita “inferioridade do negro” e o reforço de que a única solução seria a assimilação, construindo, destarte, um inconsciente coletivo miscigenado. (LIPPOLD, 2016)

O pensamento de Fanon estava muito arraigado no marxismo e na psicanálise freudiana, além do pensamento europeu que propunha pensar a história dos povos dentro da lógica filosófica da ontologia, logo, “essencialista”. Para ele, a África não poderia deixar de ser colônia, se não lutasse com as próprias mãos, em algumas vezes, negando qualquer forma de apoio externo. Isso fez com que ele apoiasse, em Angola, a UPA/FNLA por discordar das alianças internacionais que o MPLA tinha feito para se consolidar enquanto movimento de libertação. (FANON, 2008, p. 133)

Para Ki-Zerbo, membro de uma “segunda geração” de pensadores do Pan-africanismo, para resolver os conflitos na África é necessário colocar numa base interafricana, já que há relações “transétnicas” que, como parentesco por afinidade, não se limitam ao padrão europeu de classificação. A unidade africana seria um dos antídotos, ainda segundo Ki-Zerbo, pois, geralmente, as micronações são levadas a confronto porque, em si mesmas, são estruturalmente “instáveis”. (KI-ZERBO, 2006, pp. 58-59) Assim, o Estado Nacional de estilo europeu não significaria nada para os africanos. Para o autor, o Estado africano pós-colonial é uma metamorfose entre as sequelas do sistema colonial e as utopias anticoloniais.

Em matéria de língua, Ki-Zerbo afirma que, a identidade profunda da África reside nas etnias. Em sua visão, não se poderia estabelecer um Estado federal como base numa língua estrangeira, o que remonta as tentativas dos Estados imperialistas em ensinar o idioma do colonizador. Dentro da perspectiva acima abordada “O problema das línguas é fundamental, porque diz respeito à identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto a democracia” (KI-ZERBO, 2006, p. 73), assim como, Benedict Anderson houvera dito em seus escritos. As línguas também dizem respeito a cultura, aos problemas da nação, a capacidade de imaginar, à criatividade. Tentando padronizar e apagar as culturas por meio da língua, já que a história na África está maciçamente na tradição oral.

Para ele, uma história da África deveria superar as duas maiores vertentes do trabalho intelectual de análise sobre a África: a Difusionista e a Antropológica. A primeira seria a ideia de associar qualquer progresso ou dinamismo na África, como resultante de influências externas ao continente, sendo elas de mão-única. A segunda estaria relacionada às interpretações

derivadas da etnologia, centradas na especificidade cultural dos povos africanos, reforçando uma falsa diferenciação étnica e racial de sua população. (BOTELHO, 2016, p. 115) Ki-Zerbo propõe um meio termo entre estas correntes, pois a história da África deveria, então, se concentrar nas mudanças sociais, na contribuição africana para o mundo, remetendo ao Egito antigo e aos reinos subsaarianos, na resistência ao colonialismo e na iniciativa local do continente.

Em Moçambique, como outro exemplo, houve apenas um grande movimento que lutou e formou a nação moçambicana. Já em Guiné-Bissau, o PAIGC conseguiu confluír os vários movimentos pequenos. Em Angola, teve-se uma peculiaridade se comparado com estes territórios lusófonos. Como já dito anteriormente, houve três grandes frentes, cada uma com uma proposta diferente de nação. Duas formadas antes da Guerra Anti-Colonial e uma formada durante os confrontos armados. As duas primeiras foram opositoras entre si desde suas formações, até por motivos políticos territoriais que antecedem a partilha da África.

Em termos comparativos, podemos encontrar alguns pontos em comum, entre as ideias defendidas pelo Comitê Revolucionário de *Moçambique* (COREMO) e pela FNLA, sobretudo no que diz respeito à questão racial. Em ambos os casos, a nação era concebida segundo linhas raciais, enquanto nação negra, livre da intromissão de elementos considerados estrangeiros à matriz africana, ou seja, os brancos, os indianos, asiáticos e até mestiços. (PIMENTA, 2012, p. 80)

Já no caso do MPLA e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a relação entre esses dois movimentos em seus respectivos territórios, no campo das ideias, tinham algumas discordâncias pela discussão sobre a participação “multiracial”. Diferente da FRELIMO, o MPLA não fez uma discussão ampla sobre a participação de “não-angolano”. Embora acreditasse numa luta antirracista, nos congressos o movimento de Agostinho Neto não aceitou a entrada de brancos e mestiços nos quadros. A FRELIMO, em Moçambique, sempre se mostrou contrária a qualquer ideia de racialização dos conflitos e do seu projeto de nação, afastando-o, assim, de algumas relações com o MPLA por entender amplamente os preceitos marxistas.¹⁰ Contudo, com o agravamento dos conflitos da Guerra de Libertação, as relações entre os movimentos (e também a PAIGC na Guiné portuguesa) vieram a se estreitar por interesses diferentes, mas com o mesmo objetivo maior: unificar as etnias em torno de uma grande nação na luta contra o colonialismo português tardio. (PIMENTA, 2012, p. 80)

Além dos nacionalismos “revolucionários” dos africanos, encontramos uma quarta vertente formada por um nacionalismo que visava à integração das colônias e o aumento dos “direitos” para os africanos. No início do século XX, o “nacionalismo branco” entendia como

pauta de formação nacional a autonomia das colônias, sem a emancipação com Portugal. Além disso, essa corrente protonacional reivindicava a participação política dos africanos nas decisões da metrópole de maneira distrital e proporcional. Eles buscavam uma igualdade de direitos, colocando Portugal como gestor, mas não colonizador, pedindo também a mudança dos regimes de trabalho dos indígenas. Na segunda metade do século XX, o nacionalismo branco pensava a independência como um meio para transformar Angola num novo Brasil, ou seja, seria a terceira parte de uma grande comunidade luso-afro-brasileira. Essa concepção se afastava do projeto político dos nacionalistas negros e mestiços, os quais entendiam Angola independente como parte integrante de uma África de matriz negra. No final das contas, queriam a inserção dos africanos no quadro institucional, mantendo a soberania portuguesa. Era um “contranacionalismo” africano. (ANDRADE, 1998, pp. 94-95)

Algumas considerações finais

O que viemos falando desde o início do texto e que encerramos agora, é justamente a tentativa de mostrar três visões diferentes, porém não antagônicas, de concepção de mundo para a descolonização africana e para a liberdade intelectual, que era incorporada pelos grupos armados em Angola. É de importância ressaltar, que toda essa concepção descolonizante, oriunda de uma mesma “geração de pensadores”, tem em cada mente um mundo fértil na produção de ideias novas, especialmente em matéria de África que naquele momento se constituía como autônoma perante as potências europeias. Portanto, essa gama de intelectuais compõe parte do mosaico revolucionário africano no século XX. (OLIVEIRA JUNIOR; SANTOS, 2019, pp. 179-180)

Em *Para quando a África*, Ki-zerbo conclui dizendo que a geração dele foi marcada por pessoas como Kwame Nkrumah, Aime Cesaire, Amilcar Cabral, Patrice Lumumba, Léopold Senghor, dentre outros. Todos eles tinham ao menos um ponto em comum: a ideologia da independência da unidade e do socialismo, assim como Franz Fanon e Mario Pinto de Andrade. De acordo com o Ki-zerbo, em entrevista, defendendo sua visão de Estado na África diz,

Não sou por um socialismo de Estado, um socialismo comunista ou stalinista, onde tudo é regulado pelo Estado, onde tudo pertence ao Estado, onde o Estado se apodera dos bens e espolia as outras instâncias dos outros níveis, ao ponto de pôr tudo no seu próprio saco. Primeiro, isso não é eficaz economicamente; depois, isso não é democrático. Sou por um socialismo democrático. (KI-ZERBO, 2006, p. 117)

As representações sobre os pensadores na África, se encontram junto daquilo que o escritor Edward Said chamou uma vez de intelectual: uma figura que pensa o mundo, e que age

e sofre com ele. A figura do intelectual deve ser entendida aqui pela sua vontade de organizar e não pela sua capacidade de abstrair. A condição para tal, não está na cátedra ou tradicionalismo, mas sim na possibilidade que tem o ser humano, também como ser pensante, de sair do habitual e do “normatizado” contra-hegemônico. Aqui nesta representação do intelectual, ele deve estar associado ao mundo em que vive e não ao mundo criado por ele. (SAID, 2005)

As disputas dentro dos movimentos, por estes intelectuais, são tidas como normais, na medida em que, se busca uma diminuição das desigualdades inerentes ao capitalismo e ao legado colonialista nas civilizações africanas, quando estes se tornaram partidos políticos, a partir de 1975. Além do que, em uma inserção global nas relações econômicas e sob a forte influência de países hegemônicos, ficam os angolanos sujeitos as tendências ideológicas, às vezes a serviço estrangeiro. Todo esse arranjo, dessas possibilidades, é levantado pelos pensadores desde a formação dos primeiros quadros revolucionários contra-ideológicos.

Resistir contra os agentes repressivos fazia parte da luta diária de todos os movimentos na África portuguesa. Pensar a nação na África era, precipuamente, expulsar o colonizador. Do ponto de vista político, era necessário retirar do solo africano qualquer influência europeia que subjugasse em qualquer esfera os africanos que, desde o século XIX, viviam na miséria graças às políticas coloniais. Segundo documento *Unidade e Luta*, falando sobre mais de cinco séculos,

“as Ilhas de Cabo Verde, a Guiné, as Ilhas de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, ocupados pelos colonialistas portugueses, vivem num regime de opressão, de miséria, de obscurantismo e de atraso.”¹¹

Por fim, em matéria de democracia, o olhar que devemos dar à África é diferente da nossa atribuída ao Ocidente. Isto sugere que, uma democracia na África tem de ser capaz de fornecer melhorias na qualidade de vida das pessoas para que possa ganhar adesão da população. A qualidade de uma democracia, ou, por extensão, de qualquer outro regime, tem que ser, sobretudo, com a qualidade de vida que esse regime consegue oferecer. (CRAVINHO, 2006, p. 158)

Tais qualidades de vida não serão por aqui debatidas, porém, vale a pena frisar que, sob a luz da História, os povos subjugados e seus movimentos pela libertação na África lusófona, tiveram grandes problemas para construir sua nação. As discrepâncias sociais são absurdas e as respostas do capitalismo mais aprofundaram do que corrigiram. O liberalismo se provou um sistema desigual, para um continente sócio-historicamente desigual. Entretanto, esta já é uma outra longa história a se analisar.

Referências

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs). *No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do Nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ARQUIVO, Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Unidade e Luta*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1961. Disponível em: <https://goo.gl/cXBR1U> (Acesso em 16/02/2019)

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2001.

CRAVINHO, João Gomes. Legitimidade política em África. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.). *As Ditaduras Contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CRUZ, Manuel da Braga. Europeísmo, Nacionalismo e Regionalismo. *Revista Análise Social*, v. 27, 1992.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. 194p.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneo*. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LENINE, Vladimir. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4º ed. São Paulo: Editora Centauro, 2010.

LIMA, Matheus Henrique da Silva. *A casa dos Estudantes do Império*. Monografia (Graduação em História): Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MACEDO, José Rivair (Org.). *O Pensamento Africano no Século XX*. 1º reimp. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MENDONÇA, Anderson Guimarães. *Patriotas Angolanos*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Bransão; SANTOS, José Francisco. Intercâmbios Angolano-Brasileiros. *Revista de Teoria da História*. Vol. 22, Nº 02, Dezembro de 2019. pp. 177-211.

PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO: Pallas, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares. Os Nacionalismos no Império. In: JERÔNIMO, Miguel (Org.). *O Império Colonial em Questão*. Lisboa: Edições 70, 2012

RANGER, Terence. A Invenção da tradição na África Colonial. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra. 2012. pp. 219-270.

SABONETE, Fernando Wilson. *Construção do Estado-Nação Angolana: Relações inter-étnicas, Nhaneka-humbe na Guerra Civil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia): Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. Vol. 1: A Árvore da Liberdade. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WESSELING, Henk. História de Além-mar. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. *História de Angola*. 6º ed. Lisboa: Tinta de China, 2016.

¹ A relação de hierarquia social nas colônias era a seguinte: o branco angolano, e no geral o branco colonial, era considerado inferior ao branco metropolitano pelo simples fato de ter nascido numa colônia. Essa situação não constituía, aliás, uma especificidade do caso português, pois era assim nas colônias espanholas da América nos séculos XVIII e XIX, onde os crioulos eram discriminados a favor dos reinóis. (PIMENTA, 2012. pp. 73-74)

² Para Antônio Gramsci, filósofo italiano, o intelectual orgânico seria aquele que além de observar, pensar e estudar o mundo deveria organizar a sociedade, participando ativamente das decisões como também sentindo-as. Esse conceito se opõe aquilo que próprio chama de intelectual tradicional, oriundo, segundo o mesmo, das instituições de poder da civilização como os aristocratas, do Estado e imprensa. (Cf. GRAMSCI, Antônio. 1995).

³ ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Unidade e Luta*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1961. Disponível em: <https://goo.gl/cXBR1U> (Acesso em 16/12/2019)

⁴ Idem

⁵ Esse movimento regionalista pode ser pensado como movimento separatista visto por Hobsbawn como a onda do século XXI, e talvez a última, fase do nacionalismo no mundo. (Cf. HOBBSAWN, 2016). Alguns pontos importantes figuram na parte comum do programa mínimo deste protonacionalismo, entendido por alguns como *regionalismo africano*. Entre eles podemos destacar a promoção do progresso físico, mental e econômico da raça africana nas colônias; revogação das leis e regulamentos de exceção contra todos os africanos na legislação

colonial portuguesa e permissão do livre acesso à indivíduos da raça africana a cargos públicos, nas mesmas condições exigidas aos indivíduos de raça branca. (ANDRADE, 1998. p. 121).

⁶ Para Lenin, as colônias na África eram fruto de uma fase do capitalismo financeiro que se findaria com contradições oriundas de seu próprio sistema, ou seja, a extensa exploração levaria à rebeliões pontuais que se tornariam ao longo do tempo revoluções globais e estas levariam a liberdade dos povos contra a opressão do capitalismo. (Cf. LENINE, 2010).

⁷ O pan-africanismo é uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Foi em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana (OUA) na década de 1960.

⁸⁸ A Doutrina Monroe foi uma doutrina anunciada pelo presidente norte-americano James Monroe em 1823, que pode ser resumida pela frase “A América para os americanos”. Partindo desta máxima, o movimento negro entendia a necessidade de dizer que os africanos deviam pensar da mesma forma dentro da África. (ANDRADE, 1998. pp. 80-81)

⁹ ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Unidade e Luta*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1961. Disponível em: <https://goo.gl/cXBR1U> (Acesso em 16/12/2019)

¹⁰ Sob o ponto de vista militar, a estratégia utilizada pelo MPLA em Angola foi mais próxima da Rússia, enquanto na Frelimo, a estratégia incorporada a luta anticolonial era mais próximo a China.

¹¹ ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Unidade e Luta*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1961. Disponível em: <https://goo.gl/cXBR1U> (Acesso em 16/12/2019)

Submetido em 27 de janeiro de 2020

Aceito em 01 de junho de 2020.